

Reprodução/Instagram @lideglobal



Ex-governador de São Paulo, João Dória foi o fundador do LIDE e atualmente é o copresidente do Conselho do grupo de líderes empresariais

Reprodução/Instagram @lideglobal



Durante o encontro do Lide, em Dubai, o ex-ministro do Turismo Vinius Lummertz

Reprodução/Instagram @lideglobal



Eduardo Cavaliere, vice-prefeito da cidade do Rio, também esteve presente no evento nesta segunda

Ernesto Carriço



A comitiva fluminense durante o Lide em Dubai, composta por Fernando César Hakme, assessor especial do governador; Rodrigo Abel, secretário da Chefia de Gabinete do governador; Bernardo Rossi, secretário do Meio Ambiente; o vereador do Rio, Diego Faro; o secretário de Comunicação, Igor Marques; o subsecretário Bruno Costa; com assessores locais



Ernesto Carriço



‘O Rio está de volta ao centro do mundo’

Governador Castro destaca as principais conquistas do turismo e seus impactos na economia durante o Lide, em Dubai

Com recordes de 1,5 milhão turistas internacionais e movimentação de mais de R\$ 8,5 bilhões apenas durante o Carnaval e o Réveillon de 2024, o turismo no Estado do Rio de Janeiro se consolida como um dos principais impulsionadores da economia fluminense. Dados sobre o crescimento do setor foram apresentados, nesta segunda-feira (14), pelo governador Cláudio Castro no Lide, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos.

“O Rio de Janeiro está de volta ao centro do mundo. Hoje, somos palco de grandes eventos, como o Rio Open, o Mundial de Surf e muitos outros. O nosso calendário inclui mais de 200 eventos. O Rio é, cada vez mais, sinônimo de oportunidade. Queremos parceiros internacionais que enxerguem o turismo do Rio como um negócio rentável - ressaltou Castro, que participou do painel ‘Oportunidades no Turismo e no Real State’”.

Apenas nos dois primeiros meses de 2025, o estado já recebeu mais de 502 mil estrangeiros, um crescimento de 50% em relação ao mesmo período de 2024. E a projeção para 2025 é superar 1,8 milhão turistas vindos de outros países, um aumento de mais de 20% sobre o ano anterior.

“Em 2024, o RIOgalão recebeu mais de 1,4 milhão turistas internacionais, estabelecendo um novo recorde desde 2014, ano da Copa do Mundo no Brasil. Resultado de negociações feitas também pelo Governo do Estado, que apresentou as restrições ao modelo elaborado, que desconsiderava o Sistema Multieroportos e que poderia levar a uma concorrência desleal com o Santos Dumont”, explicou o governador.



Durante discurso no Brazil Emirates Conference, em Dubai, o governador Cláudio Castro falou sobre o turismo fluminense, recordes e conquistas do setor

Com projetos e políticas para tornar o estado ainda mais atrativo para turistas internacionais, o governo implementou o Tax Free, oferecendo reembolso de ICMS, o que transformou o Rio de Janeiro no primeiro estado brasileiro a lançar o sistema. O Tax Free vai dobrar o gasto médio dos turistas internacionais no estado, passando de US\$ 212 milhões para US\$ 411 milhões anuais. Um impacto estimado em mais de R\$ 2 bilhões.

Em 2024, importantes eventos aconteceram no Rio, como G-20, Rock in Rio, Show da Madonna, Web Summit, LAAD - maior feira de segurança da América Latina - e o Rio Oil & Gas. Segundo o IBGE, o estado registrou a maior alta no volume de atividades turísticas em setembro de 2024, com o festival de música: 14,9%. Este ano, o calendário inclui o Brics em julho. Além disso, outros destaques são o Rio Innovation Week, no mês de agosto; o Web Summit, este mês; e o show da Lady Gaga, em maio.

Brazil Emirates Conference

O fortalecimento das relações econômicas e estratégicas entre Brasil e Emirados Árabes Unidos esteve no centro dos debates da Brazil Emirates Conference, realizada nesta segunda-feira (14) pelo LIDE, em Dubai. Com a participação de ministros, governadores, CEOs e parlamentares, o evento abordou os principais eixos que conectam as duas regiões: inovação, segurança alimentar, transição energética e atração de investimentos em infraestrutura e tecnologia.

Na abertura, o ministro do Comércio Exterior dos Emirados, Thani Bin Ahmed Al Zeyouidi, deu o tom pragmático ao ressaltar o papel do Brasil como parceiro econômico prioritário: “Compartilhamos mais de US\$ 4,4 bilhões em investimentos não de petróleo”, afirmou.

PINGA-FOGO

■ **MMA DESAFIA IGREJA CATÓLICA** - Na reunião do Conselho Nacional do Turismo, do Ministério do Turismo, do representante do Ministério do Meio Ambiente, Pedro de Castro, resolveu “alertar” o setor contra a privatização do Santuário do Cristo Redentor. Na sua fala oficial, gravada e transmitida ao vivo pelo Zoom, disse: “Quero alertar sobre o Projeto de Lei dos três senadores do Rio que querem privatizar o Cristo Redentor. Uma área que sempre foi pública e agora querem repassar para a Igreja Católica”.

■ Ao ser rebatido no Conselho, lembrando a má gestão do Parque pelo ICMBio e o caso do turista que morreu sem assistência, o representante do ministério de Marina Silva foi lembrado que faltava ambulância e que a maior parte dos recursos do trem e das vans é repassada para a União. Pedro de Castro rebateu “o ICMBio pode ter errado, mas na mesma semana uma igreja histórica desabou na Bahia e a igreja não tinha ambulância para socorrer os feridos”.

■ **SÓSTENES BRILHOU** - O líder do PL na Câmara Federal, deputado Sóstenes Cavalcante, do Rio, saiu como um gigante político na sua maratona de recolher assinaturas para o projeto da anistia transmutar em regime de urgência. Ele foi incansável na coleta de assinaturas e os seus argumentos foram sempre transparentes e duros.

■ Esta semana quem preside a casa é o ex-líder do PL e hoje vice-presidente da Câmara, Altineu Côrtes. Se ele colocar para votar, acaba protegendo o presidente Hugo Motta de uma saída justa.

■ **SABINO VAI ACABAR COM A EXPLORAÇÃO** - O ministro do Turismo, Celso Sabino, vai bater duro nesta terça, 15, quando recebe os hotelheiros de Belém junto com a Secretária Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça (Senacon). Tem hotel que cobra R\$ 400 reais por diária e que está cobrando R\$ 9 mil para a COP30. Ele chamou a Senacon para participar da reunião. O alerta foi dado por um dos conselheiros na reunião do Conselho Nacional de Turismo: “Não podemos reeditar o que ocorreu no Rio+20. A COP30 é evento meio e não evento fim. Belém vai virar referência planetária durante dias e a hotelaria da cidade não pode explorar os visitantes”. Em tempo, como o ministro Sabino é do Pará, ele vai colocar ordem na casa.

■ **LULA ALMOÇA COM PEZÃO** - O presidente Lula fará uma parada para almoçar, nesta terça-feira (14), em Pirai, a convite do prefeito Luiz Fernando Pezão. Os dois são amigos de longa data e trocam mensagens rotineiramente. No cardápio oficial, projetos para a região. No extraoficial, eleições de 2026. Prefeitos, lideranças políticas e empresariais de todo o Sul do Estado estão mobilizados para participar dos eventos ao lado do presidente.

■ **CRECHE PARA FILHOS DE FUNCIONÁRIOS** - Os shoppings centers e demais estabelecimentos comerciais do Estado do Rio deverão contar com creche para os filhos de trabalhadores e trabalhadoras. As crianças atendidas deverão ter até 3 anos e 11 meses de idade. É o que determina o projeto de lei número 1778/2016, de autoria da ex-deputada estadual e atual deputada federal Enfermeira Rejane (PCdoB), que será votado nesta terça-feira (15), na Alerj.

Fernando Molica

Excesso em penas facilita vitimização e impunidade

Ao pesar a mão em algumas penas aplicadas no caso do 8 de Janeiro, o Supremo Tribunal Federal abriu caminho para a vitimização de condenados, para o questionamento de sentenças e, no fim das contas, para a anistia.

Agora, precisa dar um jeito de equilibrar a necessária punição com a necessidade de barrar a campanha que prega a impunidade, minimiza a gravidade do que houve, abre a porteira para livrar os líderes da conspiração e estimula novas aventuras.

Como o STF também foi vítima da intencionalidade, ministros mostraram dificuldade para separar a repulsa aos golpistas do equilíbrio em decisões. Não levan-

ram em conta todas as possíveis consequências de atos de uma corte que tem um evidente viés político, a começar pelo processo de nomeação de seus membros.

Nos últimos anos, o STF mostrou que pesou questões políticas em decisões: foi assim em suas idas e vindas em relação à Lava Jato, ao determinar arquivamento de investigações e até destruição de provas, ao negar o direito da revisão da vida toda a aposentados.

Mas, no caso do 8 de Janeiro, o STF preferiu jogar pesado. Abençoou, por exemplo, a tese do crime multitudinário em detrimento da individualização de penas.

É justo condenar os que invadiram as sedes de poderes,

aquelas pessoas, como repetiram o tempo todo, pregavam o golpe, que chamavam de intervenção militar, ficaram por lá mesmo depois do quebra-quebra. Mas nada impede, porém, que o sujeito que quebrou o relógio do século XVII tenha uma pena mais dura que a de outros.

Os acordos de não persecução penal ficaram praticamente restritos aos que participaram de manifestações golpistas diante do Quartel General do Exército. O pipoqueiro e o vendedor de sorvetes citados por Jair Bolsonaro não foram condenados à pena de um ano por exercerem seus ofícios em meio à multidão, mas por participarem do acampamento diante do QG; par-

ticiparam de uma organização criminosa, incitaram a animosidade das Forças Armadas.

Mas por que não prender e punir outros que fizeram o mesmo que eles? No dia seguinte à posse de Lula, o ministro da Defesa, José Múcio, classificou os atos que pediam golpe de “manifestação da democracia”, contou que amigos e parentes participavam de manifestações semelhantes. Esses seus amigos e parentes foram investigados, denunciados, condenados?

O governo tolerou as concentrações golpistas diante de áreas de segurança, diante de quartéis, até 08/01. E por que não punir os comandantes militares que autorizaram e/ou

estimularam os atos? Por que o Ministério Público e a Justiça foram coniventes com tudo aquilo? Gerado por evidentes razões políticas, o imobilismo anterior à intencionalidade não pode ser compensado pelo excesso de peso em decisões judiciais.

Por ocorrerem na última instância, os julgamentos do 8 de Janeiro dão menos margem a revisões. É preciso, então, que o STF encontre um caminho que garanta o fundamental: sentenças equilibradas, que mesmo assim sirvam de marco histórico, de referencial. Vale ver com cuidado pedidos de revisão de penas — estas, devem ser mais pesadas para os que articularam todo aquele caos.

De cara, o STF precisa rever algumas prisões preventivas. A cabeleireira Débora dos Santos cometeu gestos capazes de gerar condenação ao aderir à mobilização golpista, mas não fazia sentido ser mantida presa antes de julgamento, ela não oferecia perigo à ordem pública. Deve haver outros casos parecidos.

Alguns dos condenados às penas mais pesadas estão perto de começarem a se beneficiar da progressão de regime, que chega a beneficiar quem já cumpriu 16% da pena. Nesses casos, basta apenas cumprir a lei e não deixar que o fígado seja mais importante que o cérebro na hora de definir punições.